

# O que os militares estão esperando da Constituinte

*Basicamente, esperam a preservação do papel das Forças Armadas como responsáveis pela ordem interna, acreditando no poder de liderança de políticos como Ulysses Guimarães, com quem mantêm bom diálogo.*



notação nitidamente partidária, como os ministros militares já afirmaram em mais de uma oportunidade, eles deixarão claras suas posições este ano, em relação aos assuntos políticos, mas de sentido institucional e que lhes dizem respeito.

Entre estes, o que tem sido objeto de maiores manifestações nas reuniões informais dos militares é o relativo às atribuições constitucionais das Forças Armadas. Os ministros militares preferem preservar a atribuição adotada a partir da Constituição de 1891, a primeira Carta Magna republicana, e que lhes dá responsabilidades na manutenção da ordem interna.

Uma coisa, entretanto, é a responsabilidade na ordem interna; outra, completamente diferente, é

a chamada "ideologia da segurança nacional". O próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse que segurança nacional não é ideologia.

Esta frase deixa óbvia sua posição de defesa da responsabilidade militar na garantia da ordem interna. Mas não a envolve com o superdimensionamento da segurança interna, surgido a partir da Junta Militar de 1969 e principalmente no governo Médice.

Não há hoje entre os ministros militares as posições dogmáticas sobre a segurança nacional, que no passado comprometeram vários direitos fundamentais, como a liberdade de imprensa e a livre associação, além das garantias individuais, até o instituto de *habeas corpus*, confundindo política de se-

gurança nacional com ideologia.

Não há também uma exigência por parte dos ministros militares para que a Constituinte adote o princípio de que as Forças Armadas são responsáveis pelos "poderes constituídos", como está na emenda número um. Expressão que, segundo juristas, abre a perspectiva de as Forças Armadas apoiarem governos surgidos através de golpe de Estado.

Os ministros militares defendem a tese de que as Forças Armadas devem ser situadas na próxima Constituição como instituições nacionais, permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, subordinadas ao seu comandante supremo, o presidente da República.

Para os ministros militares, sua manifestação sobre as responsabilidades das Forças Armadas na próxima Constituição não pode ser confundida com o *Lobby* no seu sentido pejorativo, porque as Forças Armadas têm o direito de se manifestar nesse sentido.

A posição das Forças Armadas não representa um dogma envolvido com a doutrina da segurança nacional adotada nos momentos mais negativos do regime militar. Ela representa não uma proposta de superdimensionamento da segurança do País, mas sim uma proposta também de compromisso com a ordem jurídica.

**Hélio Contreiras**